



ATA Nº 5/2022

Aos 25 dias do mês de abril de 2022, pelas 11.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Comemoração do 25 de Abril

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão extraordinária e deu a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento naquele órgão municipal.

Assim,

João Matos (BE): "Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Espinho, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Vogais, Povo trabalhador de Espinho, Minhas senhoras e meus senhores. Aqui saudamos entusiasticamente o 25 de Abril! Aqui saudamos, com todas as letras, a palavra revolução! Há 48 anos, debaixo da nobre iniciativa dos capitães de Abril e sob o gigantesco impulso dos trabalhadores portugueses, o fascismo caiu com todo o seu breu de misérias e sofrimentos, com as suas torturas e os seus campos de concentração, com a sua guerra criminosa e assassina. E é recordando as lágrimas dessa alegria inicial, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor dessa vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, que saudamos os mártires e heróis da luta antifascista, que foram semeando com o seu sangue intrépido e generoso o próprio 25 de Abril e se tornaram os símbolos da luta de um povo que jamais foi vergado pelos tenebrosos crimes da ditadura. Aqui saudamos os capitães de Abril, cuja audácia e valentia merecem a profunda gratidão do povo português e de todas as forças democráticas e progressistas. A ditadura fascista foi derrubada, mas o fascismo, despudorado e com os tiques do velhaco, o dos castigos, beatas, pides e cardeais em seus sete mantos, não desistiu, com sucesso, de recuperar as posições perdidas, de ameaçar as liberdades e as conquistas revolucionárias. 48 anos depois, o recrudescimento da propaganda reacionária no Portugal de hoje obriga-nos a reflexões várias. À cabeça, não pactuar com a intolerância fascista, racista e sexista. Não pactuar com os elogios ao colonialismo e ao Estado Novo. Não aceitar a linguagem vulgar da xenofobia. A República não pode condescender com os inimigos proclamados da Constituição e tal exige separação política e, até, reparação institucional. Se há

compromisso para a República que tem de ser feito é o da sua autodefesa constitucional. A urgência é agora, antes que sejam os herdeiros do MDLP, qual serpente germinada, a condicionar um qualquer governo. Esta intervenção é, por isso, um apelo. Decerto muitos cidadãos vão assinalar os 48 anos da Liberdade. Antes disso, e até para isso, assumamos aqui, nesta Assembleia Municipal de Espinho, a vontade indómita de levar a democracia mais além, o estremeção que falta para a agonia da política boçal. Temos hoje mais dias vividos em democracia do que em ditadura. Derrubou-se a ditadura, expulsaram-se os oligarcas, nacionalizaram-se importantes sectores da economia; conquistou-se a liberdade e a democracia. E com elas viriam os direitos, o direito ao trabalho, à saúde, à educação e o direito a eleições livres. A longa noite, da tirania e da vileza dos costumes ditos brandos, que, tal como em todo o país, também era bem longa no nosso Concelho, acabara. Um novo mundo começava. E hoje festejamos a madrugada que chegou, sabendo que há tantas outras noites que ensombram o nosso presente e o nosso futuro. E também essas precisam de ser derrubadas. Longe de ser consequência de algum disfuncionamento passageiro do sistema económico, esta sucessão de crises que vivemos (crise bancária, primeiro, e das dívidas soberanas, depois; crise social e económica imposta pela demencial receita da austeridade; crise pandémica; e, por fim, a Guerra na Ucrânia) traz consigo pavorosas consequências para o povo português e para o povo da nossa cidade. Cumprir Abril, minhas senhoras e meus senhores, é proteger a vida do nosso povo dessas consequências. Cumprir Abril é assegurar que ninguém deixa a sua cidade por não ter como pagar a renda da casa ou a prestação do banco. Em Espinho, as políticas públicas municipais foram frequentemente subordinadas à necessidade de priorizar a manutenção do dinamismo do sector imobiliário, em harmonia celestial com os interesses de uma elite caduca. O turismo e o alojamento local, esse novo volfrâmio, tomou conta do centro da cidade. E não falta gente que foi posta a andar, vítima de despejos, de assédio imobiliário ou enganada com novos contratos. E se o poder político desta cidade não se impôs, nem se impõe, à burguesia que tudo pode e que segregou tantos dos que aqui viviam, tivemos de esperar por uma autoridade do Estado ao retardador, como são os tribunais, para que fosse declarada a ilicitude de alojamento local em prédios de habitação, como advém da recente e corajosa decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Cumprir Abril é proteger quem aqui trabalha da exploração que grassa, da perda continuada de poder de compra, da insegurança dos vínculos e dos contratos de trabalho. “Foi então que Abril abriu/as portas da claridade/e a nossa gente invadiu/a sua própria cidade”, cantou-nos Ary dos Santos. Pois tanta claridade falta à vida da gente da nossa cidade. Cumprir



Abril, minhas senhoras e meus senhores, é dismantelar os poderes fácticos que aqui atuam. É tocar onde dói. É denunciar a estranhíssima influência do Grupo Violas e do Grupo Fortera nas decisões políticas do Município. É impedir que um só homem se furte às regras impostas ao cidadão comum e use paraísos fiscais para esconder a sua fortuna. É inabilitar esse homem intocável, que foge aos impostos e se alheia da justa contribuição à comunidade que lhe proporcionou riqueza e abundância. É não permitir que, chova ou faça sol, quem manda é quem ganha. Cumprir Abril é o reforço da escola pública, a escola que Abril abriu. Não é a escola que recorre a empresas privadas, ao outsourcing, para confeccionar as refeições dos alunos. Falamos de pessoas, mulheres na sua maioria, com anos de trabalho, que não saem do salário mínimo nacional e que, sempre que há uma pausa letiva, ficam sem contrato de trabalho e têm de ir para o desemprego. Não é possível condenarmos as pessoas, de quem dependemos todos os dias para este país funcionar, a contratos precários ano após ano e mesmo década após a década. Robustecer a escola pública é determinante para o progresso civilizacional, pois nela encontramos o antídoto para as várias pandemias que nos assolam: do negacionismo, da ignorância, do racismo e da xenofobia. Cumprir Abril é reforçar o Serviço Nacional de Saúde; não é, não pode ser apenas a vaidade frívola da flor na lapela. Cumprir Abril é não cair no engodo liberal, que garante as rendas aos privados à custa do povo que trabalha. É manter na esfera pública a saúde de que precisamos e que nos salvou da pandemia. É, sem artifícios e sem mais delongas, reabrir a extensão de saúde da Marinha, em Silvalde; e pública, porque é nossa!; é reabrir o serviço de urgência do hospital e ampliar a oferta e a qualidade dos serviços públicos de saúde, em Espinho. Cumprir Abril é demonstrar, ao fio e ao passo da circunstância da experiência política, que a pobreza não se elimina com caridade, mas com a criação de condições compatíveis com o desenvolvimento pessoal. Aproveito a ocasião que aqui nos traz, o ensejo parece-me magnífico, para defender, pelo Bloco de Esquerda, o Estado Social, políticas sociais emancipatórias e transformadoras, numa lógica de direitos. É essa lógica, aliás, que informa e enforma a matriz constitucional da República em que vivemos: uma lógica de direitos tendencialmente pública. Abril não é caridade nem é uma lógica de seguros privados, destinados a cobrir um conjunto de riscos sociais, desde a doença ao desemprego involuntário, às circunstâncias mais diversas e penosas da vida, ou à condição de partida de cada uma e de cada um. Não é, não pode ser, a medida do fracasso, a resposta contraída e diminuta das políticas sociais. Não pode falhar o Estado, o poder local, logo quando as pessoas mais precisam dele. Racionalizar a despesa pública não é o mesmo que racionar. Sem dogmas, corte-se no

amiguismo com o sector financeiro; corte-se no privilégio para o qual nunca nenhum princípio se aplica; corte-se na megalomania de quem se julga acima da lei. Não se corte nunca no apoio solidário da sociedade; reforcem-se os elevadores sociais, não se os substituam por escadas de incêndio. Não queremos uma cidade em que sofre o pobre que não conhece um médico, um advogado, um funcionário, um diretor de uma escola ou de um lar sem vagas. Queremos uma cidade justa, sem segregações, com políticas sociais fortes e protetoras. Não queremos, em Espinho, este capitalismo feroz de pequena escala, com o cheiro a naftalina, do bafo bafiento dos sinistros tempos. Não queremos que a gente concreta deste lugar concreto não tenha controlo sobre o seu destino e a sua vida, pois essa é a negação da liberdade, fazendo de cada um e de cada uma, escravo da sua sobrevivência. Cumprir a Revolução é não continuar o poder político a escolher o caminho da acentuação das desigualdades e de uma cidade pensada para as elites. Quanto à mobilidade, essa palavra que é conforto de alma de vários programas políticos, por cá, não saiu do papel. E se a palavra é fútil, dêmos-lhe densidade: não há oferta de transportes públicos fiáveis e frequentes. Vai-se das fantasias da alta velocidade ao grande vagar, deixando sempre para trás o povo que luta para ganhar o pão de cada dia. Cumprir Abril não é, não pode ser, este caleidoscópio de iniquidades; a diferença de tratamento; o fosso que se cava entre quem tudo tem e tudo pode e quem tem pouco e vive mal. As disparidades já existentes foram amplificadas nestes tempos tumultuosos de pandemia, intensificando ainda mais as fragilidades do modelo capitalista. O PRR, a “bazuca”, esse conceito dotado da espessura da ignorância, prepara-se para passar ao lado das populações e beneficiar os mesmos de sempre com a “chuva de milhões”. Engordando os clientes habituais, que suspiram pelos manás de leite e mel, entre a falta de vontade e a burocracia, a gaveta do poder vai sempre devorando as promessas de uma vida melhor. Em Espinho, o Bloco de Esquerda responderá com Abril, sem as sombras de uma qualquer dúvida, aos que já não aguentam a incerteza do amanhã, aos que não aceitam que o futuro seja resultado de circunstâncias do acaso, aos que lutam contra a impossibilidade de o poderem projetar. Abril é, também, cumprir os sinais genéticos da democracia, com uma imprensa local livre e sem amarras, que seja testemunha do seu tempo, que scrutine os poderes, que noticie e medeie a nossa realidade. Sem simplificações do que são escolhas políticas e não inevitabilidades; sem glorificações nem deslumbramentos fúteis. Seguindo critérios editoriais rigorosos e não indo ao arrepio dos apetites de um qualquer morgado. Jorge Sampaio, o sorriso ágil de pássaro que tudo observava com discrição, um homem do 25 de Abril, e que agora nos falta, que



abalou profundamente o regime de Salazar, liderando a crise estudantil de 1962, disse-nos que “a melhor maneira de celebrarmos um grande acontecimento em que nos reconhecemos e revemos é sermos dignos dos sonhos e da esperança que ele transportou em si”. De nada serve recordar Sampaio se isso não tiver um significado político para o que queremos e o que não queremos. Cumprir Abril, minhas senhoras e meus senhores, é servir o povo; não é servimo-nos dele. Invoca-se e convoca-se a memória. Ela é estridente. Ouçam, é o que se pede a todas as cores da democracia. 25 de Abril Sempre! Fascismo nunca mais!”

Ana Rezende (CDU): “Porque “Em cada rosto igualdade” a todas e a todos Bom Dia! Comemorar Abril é comemorar o que a Revolução representa e expressa enquanto revolução libertadora com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorar Abril exige lembrar o que foi o fascismo, combater o seu branqueamento e destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia, luta sem a qual não seria possível o derrubamento do fascismo nem as conquistas que se alcançaram. Abril não foi uma “evolução” ou “transição” do “Estado Novo” ou do “antigo regime” para um novo regime, como se de uma mera crise política entre regimes se tratasse. Abril foi uma revolução, um processo de rutura com o regime fascista, foi o derrube do fascismo e do que o suportava. Há que repor a verdade histórica e não a fantasiar com eufemismos para branquear o que foi a longa noite do fascismo em Portugal. Comemorar Abril exige reafirmar a importância das suas conquistas e sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. A afirmação de cada um desses elementos a propósito da Revolução de Abril é essencial para contrariar as tentativas de apagamento da sua natureza, alcance e características ímpares e derrotar as operações que procuram rasurar a memória coletiva que envolve a Revolução, que promovem e difundem perversões e falsificações históricas, que invocam o 25 de Abril para o amputar do seu sentido mais profundo. A afirmação de cada um desses elementos é ainda essencial para combater a política de direita que, a partir daquelas operações, procura encontrar elementos de renovada justificação para a ofensiva contra Abril, as suas conquistas e valores, para impor maiores e mais graves retrocessos às condições de vida dos trabalhadores e do povo. Abril é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia pela liberdade e pela paz de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude,

do povo. Perante novas investidas de branqueamento do fascismo – designando-o eufemisticamente de “Estado Novo” ou “anterior regime” ou apagando a natureza e objetivos da ação do “governo terrorista dos monopólios e latifundiários” – é preciso que se relembre o que foi o fascismo e se valorize a luta antifascista. Quando se salienta, por simbolismo, que vivemos em liberdade e democracia há mais tempo do que vivemos sob o regime fascista, não se pode deixar essa afirmação ficar pelo facto cronológico que a sustenta, é preciso ir à substância das coisas e assinalar a realidade que hoje se contrapõe aos anos negros do fascismo. É preciso não deixar esquecer que o fascismo significou a negação das liberdades políticas e individuais, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos, o analfabetismo, a falta de cuidados de saúde, o colonialismo, o racismo, a guerra, a discriminação legal das mulheres e a corrupção como política de Estado por via da captura e fusão do poder político com o poder económico. É preciso lembrar que o fascismo significou décadas de miséria e pobreza generalizadas, de atraso económico e de saque de recursos nacionais a favor dos monopólios e latifundiários e da acumulação de fortuna por um “punhado” de ricos e poderosos. A luta antifascista foi a luta pelos objetivos gerais da liberdade, da democracia, da igualdade, mas foi também a luta pelo pão, pelo trabalho, pela paz e por muitas outras reivindicações concretas que os problemas do povo e do país colocaram como necessárias. A revolução e as suas conquistas são produto dessa luta de décadas contra o fascismo e dos aspetos concretos em que essa luta se traduziu. O 25 de Abril, com o que transporta de democracia, liberdade e de paz, será para todos, mas não é, como alguns pretendem, «de todos». Abril não é dos que por ele foram derrotados, dos que contra ele conspiraram e conspiram, dos que ao longo de décadas perverteram e persistem em perverter o seu alcance. Quando alguns dos inimigos da Revolução, mesmo que dissimulados e enfeitados de cravo na lapela, proclamam hoje que o 25 de Abril «não tem donos» é bom lembrar-lhes que Abril, sendo património do povo português, tem no povo o seu único dono, mas tem no caminho para a sua construção obreiros concretos que o tornaram realizável e cuja ação tem de ser valorizada e reconhecida, sobretudo quando em contraste com a ação daqueles que a ele se opuseram ou têm oposto. Ainda que os objetivos fundamentais da revolução democrática nacional tenham conhecido diferentes graus de realização, é essencial lembrar que foi a revolução do 25 de Abril que logrou destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral: - O salário mínimo nacional, elevando o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; - O Serviço Nacional de Saúde,



garantindo a todos o acesso a cuidados de saúde; - A escola pública, democratizando a instrução e a cultura; - A Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; - As nacionalizações de sectores chave da economia, libertando Portugal do imperialismo e dos monopólios, assegurando uma maior e mais justa distribuição da riqueza; - O fim da guerra colonial, reconhecendo e assegurando aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência e à sua autodeterminação; - A cooperação internacional, como forma de garantir a paz entre os povos; - O Poder Local Democrático, garantindo de forma direta e participada a resolução dos problemas e aspirações das populações, nas freguesias e nos Concelhos. Contudo, Abril foi, é e será sempre um processo contínuo, de luta e de combate aos que tentam apagar a história e o papel que tiveram os obreiros do 25 de Abril. Mais do que nunca é preciso relembrar algumas das condições que tornaram esse percurso possível. Importa relembrar, por um lado, o levantamento popular na sequência do golpe militar e a aliança Povo-MFA que criaram as condições para a liquidação da estrutura socioeconómica monopolista e latifundiária em que o fascismo se alicerçava. E importa também relembrar, por outro lado, que a correspondência das conquistas da Revolução com as aspirações e anseios populares foi de tal ordem e ganhou tamanha força material que mesmo aqueles que se lhes opunham não tiveram força para as impedir. Essa memória é fundamental para compreender o percurso do processo revolucionário e a profundidade das suas conquistas, mas também para enquadrar a ação daqueles que nunca se conformaram com a Revolução e as suas conquistas e, ao longo de quase cinco décadas, se desdobraram em esforços para limitar e reduzir o seu alcance, dificultar a sua concretização ou mesmo impor retrocessos, com particular evidência nas sucessivas mutilações impostas à Constituição da República Portuguesa que as consagrou. Quando hoje ouvimos repetir por aí, a propósito do 25 de Abril, que o que faltaria agora seria «fazer o que ainda não foi feito» percebe-se onde querem chegar. Não é o sentido mais avançado, justo e progressista da revolução que aspiram ver retomado, não é um país liberto do poder de dominação dos grupos económicos assegurado por interpostos representantes e não submetido à dependência e aos interesses da União Europeia que querem. O que aspiram é levar mais longe a concretização dos seus projetos de subversão do regime democrático, de ver a Constituição da República adequada aos seus objetivos de empobrecimento democrático, aos seus dogmas liberais e de livre pilhagem capitalista. Essa ofensiva contra os valores e conquistas do 25 de Abril – com particular destaque para a ação de sucessivos governos PS, PSD e CDS – não permite que, em nome do contraste de «regimes», estes 48 anos de regime democrático sejam

transformados numa amálgama. Não é possível, sem adulterar a história e a realidade, iludir a contrastante dimensão de um período de transformações revolucionárias que abriram um caminho de progresso e justiça social, de elevação das condições de vida e de efetivo protagonismo dos trabalhadores e do povo nos destinos da vida nacional, com todo um outro longo processo contrarrevolucionário de restauração e reconstituição do poder monopolista, de empobrecimento do regime democrático, de ataque a funções sociais do Estado, de promoção de mecanismos de exploração e de subordinação externa. O que importa sublinhar, isso sim, é que apesar de décadas dessa ofensiva, a realidade de Portugal continua hoje a ter a marca da Revolução de Abril e de muitas das suas conquistas. Conquistas essas que dois anos de pandemia e agora esta guerra, se revelam mais do que nunca necessárias assegurar e desenvolver perante a nova crise económica que vivemos. Os valores que a Revolução projetou de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e o povo nas liberdades políticas e nos direitos económicos e sociais refletiram e deram tradução às reivindicações que durante quase meio século foram afirmadas na ação e luta antifascistas. Essas conquistas e valores continuam, hoje, a afirmar-se como referência para a resposta a problemas atuais e, simultaneamente, como projeto de futuro. As lutas dos trabalhadores e do povo por melhores salários e pensões, pelo direito à saúde, à educação, à habitação, aos transportes, à proteção social, pela igualdade e não discriminação, são lutas contra a política de direita, mas são também lutas por Abril e contra a liquidação das suas conquistas e transformações. A identificação dos jovens com Abril testemunha o valor que atribuem à democracia e à liberdade. As lutas que travam pelo seu futuro, pela sua realização individual e coletiva, pelo poder de decidir das suas vidas e dos seus projetos em plena liberdade são lutas contra a política de direita, mas são também lutas por Abril e contra a liquidação das suas conquistas e transformações. Essas nunca serão lutas dos inimigos de Abril mas são lutas do povo que é dono de Abril. Por isso Abril deve ser celebrado a olhar para o futuro, projetando as conquistas e os valores que plasmou, convocando as energias e alegria de viver e de lutar pela construção de um Portugal desenvolvido, de progresso, de paz e soberano. Viva o 25 de Abril.”

Álvaro Leite (PSD): “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Senhoras Vogais desta Assembleia Municipal, Digníssimos convidados e todos os Espinhenses. Celebra-se, hoje, o evento mais marcante para a nossa democracia. Em 25 de Abril de 1974, libertámo-nos da



mais longa ditadura da Europa durante o século XX. Foram 17 499 dias de privação de liberdade, resultantes de uma ditadura que a todos parecia eterna. Ao dia de hoje, tendo ultrapassado os 17 500 dias, celebrados em 23 de março de 2022, podemos afirmar que vivemos mais tempo de liberdade do que o vivido em ditadura. O caminho de implantação de uma democracia adulta e desenvolvida continua em curso. A liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974, mas consolidada em 25 de novembro de 1975 com o fim do PREC, levando a um processo de estabilização da democracia em Portugal, tem de continuar a ser cultivada. Esta estabilização, permitiu o caminho da democracia que conhecemos até hoje no nosso País. No entanto, a liberdade e a democracia são sempre obras inacabadas e sujeitas a ameaças. É, por isso, necessário construí-las e melhorá-las todos os dias. É com a liberdade que a democracia se renova, que as políticas se corrigem, que a economia e a sociedade se desenvolvem e que a paz todos os dias se cultiva. É inegável o notável desenvolvimento da qualidade de vida que ao longo destes 48 anos de liberdade e democracia o País alcançou. É inegável, também, que os sucessivos governos que têm vindo a dirigir o nosso País ao longo destes anos, têm procurado fazer o melhor que podem e sabem pelo País. Mas muito mais e melhor poderia e deveria ter sido feito. As fórmulas de governação assentes em propaganda e facilitismo, têm impedido um avanço mais rápido e seguro do desenvolvimento económico da nossa sociedade. Nem sempre a informação que é prestada aos cidadãos é tão transparente e fiável quanto deveria ser. Os índices comparativos com a maior parte dos países europeus não nos beneficiam e deveriam, há muito, ser parte das preocupações de todos. É preciso coragem política para assumir modelos de governação responsáveis e de garantia de melhor qualidade de vida para a geração atual e gerações futuras, que começam a ver o seu horizonte comprometido pelas políticas de hoje. Esta coragem política foi uma realidade a que assistimos nos anos de 1985 a 1995 e trouxe, não nos esqueçamos, o maior desenvolvimento a que o País assistiu no pós 25 de Abril. De tal forma que Portugal chegou a ser apelidado de "melhor aluno da Europa", tendo servido de modelo a países como, por exemplo, a Irlanda, de quem hoje reconhecemos como exemplar o seu estado de desenvolvimento económico. Ao nível local, nos mandatos mais recentes, conhecemos igual período de desenvolvimento no nosso concelho, ao mesmo tempo que os erros do passado foram corrigidos. Tivemos, nestes últimos anos, uma atividade de gestão da coisa pública local responsável, pensando no futuro e tornando a atividade da Câmara Municipal sustentável para muitos e longos anos. Hoje, dia em que participamos da primeira celebração do 25 de Abril após a mudança de executivo desta Câmara e Assembleia, em resultado das últimas eleições

autárquicas, pode verificar-se que deixámos uma Câmara com contas certas, dívidas reduzidas, liquidez adequada ao seu funcionamento, prazos de pagamento a fornecedores dos mais curtos no País e aproveitamento dos financiamentos obtidos num rácio de quatro euros investidos por cada euro de empréstimo. Seguimos o princípio de que a gestão de dinheiros públicos, como recursos escassos que são sempre, devem ser geridos com modelos de gestão responsáveis e bem planeados, em resultado de estratégias de desenvolvimento assentes na sustentabilidade das instituições. É, naturalmente, nosso desejo, no seguimento do respeito pela decisão dos eleitores, que este município e este País sejam bem governados, na prossecução daquele que é o objetivo de todos os cidadãos; -Construir um País cada vez melhor, em que a liberdade de cada um seja respeitada, e em que as instituições democráticas sejam capazes de comportamentos dignos destes valores. O papel das oposições, em democracia, é da maior importância. A oposição responsável será sempre um dos fatores de maior sucesso na democracia, porque podem apontar caminhos alternativos e permitir, sempre, as melhores decisões em benefício dos cidadãos. Será, portanto, adequado relembrar e trazer sempre à memória, o papel fundamental do movimento das forças armadas em Portugal que permitiram a liberdade, a democracia e a paz que hoje temos. Os capitães de Abril criaram, com a revolução que levaram a cabo, todas as condições para a implementação do regime democrático que hoje conhecemos. Terminaram com o sofrimento do nosso povo e daqueles que, nas ex-colónias, derramaram o seu sangue em defesa da pátria amada, numa guerra sem sentido em que as maiores vítimas eram os jovens e as famílias que viam os seus filhos partir sem saber se voltariam. Deram-nos uma perspetiva de futuro que nos conduziria ao desenvolvimento que hoje conhecemos. Esta é, também, a data em que temos que relembrar todos aqueles que se sacrificaram pela pátria, prestando-lhes a mais justa homenagem pelos serviços prestados. Aos nossos ex-combatentes tem de caber, aqui, a mais justa e sentida homenagem. Devemos estar todos, hoje, agradecidos e eternamente reconhecidos pelo seu patriotismo e espírito de sacrifício, reconhecendo-lhes o direito verem os seus relevantes serviços devidamente valorizados. Vivemos, nos dias de hoje, uma situação trágica na Ucrânia onde, também, podemos assistir a uma guerra sem sentido em que, mais uma vez, vemos jovens e populações serem sacrificados. Na violação de todas as mais elementares regras de liberdade e democracia, vemos um País livre e independente ser invadido de forma absolutamente inaceitável e injustificável por parte da Rússia, comandada por um autocrata que impõe um regime ditatorial no seu País. Não há justificação possível para tal atitude, e muito menos para a prática de crimes



hediondos sobre populações indefesas que, heroicamente, resistem, lutando, também eles, hoje, pela liberdade, pagando essa defesa com o seu próprio sangue. Aos Ucrânios, que tanto lutam e sofrem neste momento, temos de prestar a nossa solidariedade sob a forma de palavras e ações concretas. É necessário continuar a reprová-lo e punir severamente o agressor. É necessário continuarmos a pugnar, todos os dias, pela nossa liberdade e pela nossa democracia, em solidariedade para com aqueles que agora lutam, pagando com o seu sangue. Somos um povo que, tendo também sofrido com a guerra, sabe reconhecer o direito à liberdade daqueles que, hoje, estão a ser barbaramente agredidos. O 25 de Abril, terá de continuar a ser sempre lembrado e transmitido às novas gerações, para que o seu tão importante significado permaneça na nossa memória coletiva. Viva o 25 de Abril; Viva Espinho; Viva Portugal.”

António Teixeira Lopes (PS): “O que hoje se comemora, é possivelmente uma das revoluções mais puras, mais simbólicas, mais políticas que se realizaram na Europa e no mundo nos últimos 50 anos, o que, de maneira alguma era pouco. Se nos recordarmos do que era Portugal antes do 25 de Abril, e é preciso reafirmar sistematicamente isso, sob pena da nossa memória, que se vai adulterando com os anos e com o contributo reacionário e conservador daqueles que querem fazer esquecer Abril, é fundamental recordarmos. Portugal vivia sob o ponto de vista da polícia política. Esta cerimónia era completamente impossível antes do 25 de Abril, e se o fosse, imaginemos, teríamos a PID a chamar à atenção do Presidente da Mesa para que nos tivesse mandado calar. As ameaças da polícia em frente ao local onde estávamos a realizar essa cerimónia, para que, se fosse necessário, prender todos aqueles que assistiam e que simplesmente estavam a usar do direito de realizar uma sessão sobre política, cultura, sobre tudo aquilo que o regime fascista não aceitava. A polícia política é um traço indelével da vida dura que precedeu o 25 de Abril, com as prisões de Caxias, Peniche, a da Rua do Heroísmo no Porto, o Tarrafal, com as censuras e os censores, os informadores, a Legião Portuguesa (milícia ao serviço do Estado Novo), a Mocidade Portuguesa que procurava enquadrar a juventude e condicionar o seu pensamento para o futuro; a proibição do divórcio, a subordinação da mulher ao homem, consagrada na constituição de 1933; a limitação dos direitos individuais; a liberdade de reunião e manifestação; a utilização da GNE e da PSP na repressão dos cidadãos; a proibição de partidos políticos; a proibição do direito à greve e sobretudo a guerra colonial. Ter uma lembrança histórica é fundamental para percebermos porque devemos defender este resultado extraordinário que foi permitido no dia 25 de Abril pelo MFA e pelo amplo

apoio da população portuguesa. O desiderato disto tudo chama-se Constituição da República e exibi-la ainda hoje é um ato revolucionário porque era preciso fazê-la cumprir e fazendo-a cumprir estamos a fazer cumprir Abril em diversas perspetivas. Hoje é o dia 25 de Abril de 2022. Logo depois do 25 de abril foi possível distribuir comunicados de libertação dos presos políticos, fim da guerra colonial. Passaram-se 17 533 dias desde o dia 25 de Abril de 1974. Portugal vive em democracia há mais dias do que viveu em ditadura desde o 28 de maio de 1926, tendo-se consolidado a 11 de abril de 1933, com a entrada em vigor da Constituição de 1933. A 2 de Abril de 1976, um ano e 11 meses depois da Revolução de Abril, a Constituição da República foi aprovada com os votos favoráveis do PS, PPD, PCP, MDP/CDE, UDP e ADIM. O CDS votou contra porque tinha uma visão esclerosada e já nessa altura desconfiava do caráter progressista da constituição de Abril que ainda hoje é contestada por alguns que lentamente vão levantando a cabeça, mas ainda não arranjam coragem para ser contra ela objetivamente. A Constituição elogia no seu preambulo o MFA: "Libertou Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa" e estabeleceria metas, entre outras, como a "transformação" do país numa sociedade sem classes", a "transição para o Socialismo" ou a "apropriação coletiva dos principais meios de produção" que foram sendo alterados pelas sete revisões do texto inicial. Traço fundamental é o que está hoje inscrito no artigo 1º: "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.". Depois da Lei Constitucional realizaram-se, nesse ano de 1976, num curto prazo de nove meses, 4 eleições, que iniciaram o processo de normalização e construção da democracia: Legislativas a 25 de Abril, regionais a 27 de junho nos Açores e na Madeira e Autárquicas em 12 de dezembro. E agora, 17 533 dias passados sobre o 25 de Abril (completam-se hoje), o regime Democrático. A Constituição da República suscitou muitas perguntas e a historiografia portuguesa interroga-se: Que feriado estamos a celebrar quando falamos do cinquentenário do 25 de abril, onde deve começar e acabar o estudo histórico geral desse período? É legítimo esperar uma maior distanciação no tempo, que modifique a visão dos trabalhos de investigação históricos, de carácter geral sobre a "Revolução dos Cravos"? A revolução de Abril foi planeada, organizada e executada pelo MFA, com o programa: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Todas foram concretizadas e, hoje, nós sabemos que isso é uma verdade histórica inolvidável. A Liberdade e a Democracia foram consolidadas, a Descolonização foi concretizada e o Desenvolvimento



económico, social, cultural e das mentalidades também. O Portugal pobre e miserável, que não punha os seus filhos a estudar, que emigravam clandestinamente, que durante treze anos arrastou os portugueses para uma guerra condenada pela ONU, conquistou a paz. Portugal deixou de ser um pária político entre as nações para se tornar um exemplo democrático e pacífico. Não há comparação entre o Portugal de antes do 25 de Abril com o Portugal depois do 25 de Abril. Basta utilizar como termo de comparação os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão consignados na Constituição da República, como a educação, porque na ditadura bastava saber ler, escrever e contar, e a de que hoje usufruem as crianças e os jovens portugueses. O mesmo é verdade com a institucionalização do SNS, com o saneamento e a distribuição de água, a construção de estradas e autoestradas que sulcam o país, a construção de habitação de renda económica e apoio social, o investimento na investigação técnica e científica, o desenvolvimento cultural no domínio das artes, das letras, do teatro e do cinema etc. No uso de novas tecnologias e, sobretudo, no aumento da escolaridade obrigatória da simples 4ª classe para o 12º ano, o aumento do número de universidades e institutos politécnicos e da sua frequência (dos cerca de 40 000 alunos universitários de 1974 aos cerca de 400 000 de hoje) bem como o apoio que o Estado oferece aqueles que têm dificuldades económicas. Inevitavelmente que a entrada de Portugal na União Europeia teve um papel importante e decisivo em todo este desenvolvimento económico, social e cultural e nas suas consequências com a aplicação do FEOGE, FEDER e Fundos Europeus que permitiram a concretização dos projetos que consolidaram esse desenvolvimento. Hoje, somos cidadãos europeus e as nossas fronteiras deixaram de ser aquelas que durante séculos tivemos com Espanha e com o mar. Emigramos, trabalhamos, estudamos, investigamos, investimos nos mais diversos campos de economia, com os mesmos direitos de qualquer outro cidadão da união europeia. Nem nos sonhos mais otimistas, os nossos antepassados podiam adivinhar que 50 anos depois da Revolução de Abril passos de gigante tenham sido dados tão rapidamente. Contudo é sob o ponto de vista da cultura e das mentalidades que a sociedade portuguesa deu um salto de gigante. Hoje, a utilização dos serviços tecnológicos (telemóvel, computadores, etc.) o uso de uma língua estrangeira como o inglês, permitiram a formação técnica e científica em qualquer país e nas suas escolas superiores (Bolonha) e as suas consequências na nossa cultura e na nossa mentalidade. Os nossos jovens são na verdade europeus, são muito diferentes dos seus antepassados do século XX, heróis do trabalho que emigraram para França, Alemanha, Inglaterra, etc., em busca de pão e das benfeitorias sociais e culturais que o Portugal da ditadura

lhes negava. Hoje, são cidadãos livres, instruídos, civilizados e cultos. São eles o futuro de Portugal Moderno e Democrático fruto da Revolução de Abril. A Constituição de 1976 demonstrou que é moderna e democrática. Com certeza que quando se justificar ela contém o processo da sua revisão. Defender a Constituição de Abril é uma tarefa dos democratas e cidadãos portugueses. Viva o 25 de Abril! Viva o MFA! Viva a Constituição da República! Viva a Liberdade e a Democracia Portuguesa!

Presidente da Assembleia Municipal: “Hoje celebramos Abril, a Liberdade e a Democracia. Passaram já 48 anos desde o dia da Libertação e do fim da mordaza que calava as nossas liberdades políticas, cívicas, sociais e individuais. Hoje pela primeira vez comemoramos Abril com mais dias passados em liberdade do que em ditadura. Há 48 anos, quase tudo estava por fazer e era urgente cumprir Abril, como cantava Sérgio Godinho na sua canção Liberdade:

“Só há liberdade a sério

Quando houver

A paz, o pão, habitação, saúde, educação

Só há liberdade a sério quando houver

Liberdade de mudar e decidir”

Para mim a maior e mais importante comemoração do 25 de Abril ocorreu no seu primeiro aniversário, em 1975. Nesse dia, houve eleições para a Assembleia Constituinte. Nesse dia, em que se concretizou efetivamente Abril, ficou bem expressa a vontade do nosso Povo. A participação foi a mais elevada de sempre. O sentido do voto foi claro: $\frac{3}{4}$ dos votantes escolheram partidos que, apesar de preferirem modelos sociais e económicos diferentes, defendiam a democracia pluralista de tipo ocidental. Acima de tudo, as eleições revelaram a diversidade do país, que a norte votou à direita e a sul à esquerda, segundo antigas divisões culturais e sociais. Quem quis perceber, percebeu como a democracia pluralista de tipo ocidental era e é, num país assim heterogéneo, a única maneira de coexistirmos sem ditaduras ou guerras civis. Que isto foi assim, vê-se por uma simples enumeração de quem ocupou os cargos no primeiro governo provisório. É verdade: Mário Soares, Álvaro Cunhal, Salgado Zenha, Almeida Santos entraram no governo. Mas o presidente da república era o general António de Spínola; o primeiro-ministro era Adelino da Palma Carlos, um republicano conservador; o seu braço-direito, como ministro-adjunto, era Francisco Sá Carneiro, fundador do PPD-



PSD; no conselho de Estado, estava Diogo Freitas do Amaral, fundador do CDS e um dos autores do programa do primeiro governo provisório. Os caminhos que levaram à democracia foram muitos e contraditórios: passaram por Otelo, mas também por Spínola; pela esquerda, mas também pela direita; pelo que acabou bem, como a democratização de Portugal, mas também pelo que acabou mal. Grande lição demos ao mundo! Por isso afirmo: o 25 de Abril não é de ninguém mas é de todos os portugueses! Em 1989, o cientista político Francis Fukuyama questionava se estávamos a assistir ao "Fim da História" - depois de derrotado o Fascismo era chegada a vez da derrota do Comunismo (com a queda do Muro de Berlim e a desagregação da União Soviética) - e previa que a ideia da democracia ocidental iria prevalecer, compreendida, não no sentido de que o mundo estaria a ponto de se tornar um porto tranquilo para o exercício da democracia política, mas no sentido que tinha terminado a procura dos princípios fundamentais que deviam reger a organização da sociedade. Pena Fukuyama não ter estudado a Revolução dos Cravos, pois em 1975, já o nosso Povo e o nosso 25 de abril mostraram ao mundo que a democracia só se alcança pela tolerância, pelo diálogo e pelo respeito pelas diferenças, enfim pela paz. A Democracia não é algo adquirido, mas tem de ser permanentemente conquistada. A ideia de Liberdade tem de ser como o Universo: estar em permanente expansão. Hoje, já 2 gerações de portugueses nasceram sem conhecer a ditadura e é especialmente para estes que temos de manter viva a chama da Liberdade, da Democracia e comemorar o 25 de Abril. Sobretudo, não podemos nunca baixar a guarda na defesa dos valores de Abril e dar a Democracia como garantida. Por isso, preocupa-me muito a forma como os jovens olham para o 25 de abril já sem contexto histórico adequado e sobretudo como estão alheados da participação cívica e política. Este alheamento só se combate com políticas económicas e sociais integradoras que combatam as Desigualdades Sociais, e consequentemente, garantam o acesso de todos à Educação, à Saúde e à Justiça, independentemente da sua origem e condição social e económica. Temos ainda de ser capazes de dar resposta aos problemas atuais da sociedade e que preocupam especialmente os jovens: Alterações Climáticas, a Igualdade dos Géneros, a Igualdade de Oportunidades e Transparência na Gestão Pública Porque como é natural, os jovens estão preocupados com o seu futuro. Contudo, é a minha geração que lhes vai legar um Presente com base no qual os jovens irão construir o seu futuro. Estaremos à altura do desafio que os jovens nos colocam? A incapacidade crónica da política em dar resposta cabal e satisfatória a estes desafios tornou-se numa ameaça à Democracia e à Liberdade. O ressurgimento, por todo o mundo ocidental, de movimentos populistas, nacionalistas de

raiz xenófoba e autoritária, procuram capitalizar o desencanto do povo com esta incapacidade e colocam a Democracia em perigo. Estamos no Crepúsculo da Democracia, como escreveu Anne Applebaum no seu livro com o mesmo título. Estes movimentos também batizados de “iliberais” crescem e medram em países europeus como a Hungria, Polónia, Suíça, Suécia, Itália, França, Áustria, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Portugal onde já representam entre 10 e 54% dos votos expressos nas últimas eleições nacionais. Os EUA de Trump também são outro expoente desta tendência. Não acredito que os povos destes países sejam xenófobos, racistas e misóginos. Pelo contrário, é a falta de políticas capazes de integrar e responder às suas necessidades e anseios que os empurram para os extremos na procura de pseudossoluções para os seus problemas que continuam por resolver. A Guerra na Ucrânia veio trazer novas ameaças às Democracias. Afinal, o Fim da História de Fukuyama já não o é, e uma nova ordem política começa a surgir nas portas da Europa, através das aspirações autocráticas e imperialistas do regime oligárquico russo, ironicamente vinda do lugar onde se tinha precipitado esse Fim da História. Diria antes que estamos perante o Fim da Globalização, causa principal do desenvolvimento e crescimento económico mundial das últimas décadas, e o início de uma nova Ordem Mundial em que dois novos Blocos Geopolíticos lutam pela supremacia económica e militar do mundo. As consequências já aí estão: subida do preço dos combustíveis, ruturas nas cadeias de produção e de logística, escassez de mão de obra, corrida ao armamento, inflação galopante nos preços dos bens de consumo essenciais e até recessões económicas à vista. Contudo, estas ameaças e os seus impactos não podem colocar em risco as políticas de apoio social e económico às camadas mais desprotegidas do povo, pelo contrário reforçam a sua necessidade. O aprofundamento da Democracia assim o exige, sob pena de estarmos a reforçar os movimentos políticos extremistas que ameaçam o próprio regime democrático. A construção da Democracia precisa de diálogo e consensos alargados sobre o que é essencial ao regime democrático o que só é possível com o empenho de todas as forças verdadeiramente democráticas. É este novo compromisso que nos é pedido agora e ao qual não podemos virar costas. Não podemos perder Abril, por isso termino como comecei:

“Só há liberdade a sério

Quando houver

A paz, o pão, habitação, saúde, educação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Só há liberdade a sério quando houver

Liberdade de mudar e decidir”

Viva a Liberdade – Viva o 25 abril - Viva Espinho - Viva Portugal.”

Terminadas as intervenções, fez-se ouvir o Hino Nacional interpretado pela Banda de Música de Espinho, após o que o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
